

Literatura e História do Espírito Santo: um diálogo possível

Literature and History of Espírito Santo: A Possible Dialogue

Luiz Guilherme Santos Neves*

O¹ tema proposto para esta sessão da 5ª Bienal do Livro de Vitória, na forma como está enunciado, impõe-se categoricamente por si mesmo - LITERATURA E HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO: UM DIÁLOGO POSSÍVEL. Ou seja: não se indaga se é possível ou não o diálogo entre a literatura e a história do Espírito Santo. Afirma-se que é cabendo a quem discordar da afirmativa se dar o trabalho de negá-la.

Não será este o meu caso. Filio-me à corrente, e dela tenho participado com a minha experiência pessoal, da possível comunicabilidade entre os dois campos de atuação humana – a Literatura e a História. Minha função será, portanto, aqui a de fortalecer esta tese.

* Historiador, docente aposentado do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, e escritor.

¹ Palestra proferida na 5ª Bienal do Livro de Vitória, em 3 de outubro de 2011, em Vitória.

Mas por questão de ordem conceitual, precisamos fixar de início o que estamos chamando de *romance histórico*.

Sem maiores complicações, porque a expressão romance histórico já comportaria um longo desdobrar de comentários, fiquemos numa definição simplificada, que sirva de moeda de troca para o que se pretende nesta bancada sobre literatura.

Nesse sentido, podemos conceituar o romance histórico como um tipo de composição literária em que história e ficção se entrelaçam para a (re)construção, com liberdade criativa, por conseguinte, ficcional, de acontecimentos, costumes e personagens históricos.

Foi, acredito eu, dentro dessa régua conceitual que o romance histórico nasceu no Brasil e fora dele, chegando também ao Espírito Santo.

Porque é mais do que sabido que muitos escritores brasileiros (para nos restringirmos à prata da casa) debruçaram-se sobre a História do Brasil, para dela se apropriarem de temas e personagens em que basearam seus romances, própria ou impropriamente denominados “históricos”.

Criou-se assim uma vertente literária na história do romance brasileiro que vem desde as últimas décadas do século XIX, com raiz em José de Alencar, como querem muitos, em que é explorada a temática histórica em contextualização compartilhada entre a literatura e a história.

Assim, já no século passado nomes como os de Paulo Setúbal e Viriato Correa pontificaram, transitando suas obras de ficção pela história do Brasil. E, a partir da metade do século XX, entrou em cena João Felício dos Santos, com uma bela galeria de romances da melhor inventiva ficcional que começam em 1958 com *João Abade* (sobre a guerra de Canudos) e prosseguem com *Major Calabar* (sobre Domingos Calabar); *Cristo de Lama* (sobre Aleijadinho); *Carlota Joaquina, a Rainha Devassa*; *A Guerrilheira* (sobre Anita Garibaldi), e inclusive *Benedita*

Torreão da Sangria Desatada (sobre a Insurreição do Queimado, que se passou no Espírito Santo).

Da autoria de João Felício, duas de suas obras deram origem a filmes, dirigidos ambos por Cacá Diegues: *Ganga Zumba* (sobre Zumbi dos Palmares) e *Xica da Silva*, que nasceu roteiro de cinema e virou depois romance, tendo o próprio autor trabalhado no filme fazendo o papel de um pároco.

Cito João Felício dos Santos neste nosso encontro por três motivos principais: 1º) numa homenagem ao seu centenário de nascimento que se comemorou este ano, no mês de março; 2º) pela alta qualidade literária da sua fabulação da História; 3º) porque, como disse antes, ele tomou à História do Espírito Santo o tema da Insurreição do Queimado para o romance *Benedita Torreão*.

Nada mais oportuno, portanto, do que se recorrer à palavra experiente de João Felício quando expressou a sua maneira de ver a questão do casamento, ou talvez simplesmente do intercâmbio entre Literatura e História.

Pois para João Felício *todo romance é necessariamente histórico e necessariamente ficção*.

Não fora assim, o romancista estaria enveredando pelo terreno da História ao fazer a sua ficção, e, o que é pior, por ser romancista, nem sequer estaria atendendo ao mínimo exigível de um historiador: a honestidade de propósitos na formulação de sua reflexão historiográfica.

Essas considerações me ocorrem antes de entrar mais detidamente no tema deste encontro. Mas é evidente que, neste ponto da minha fala, já ficou evidenciada a total compatibilidade do diálogo entre Literatura e História do Espírito Santo devido à menção que fiz ao romance de Felício sobre a Insurreição do Queimado, publicado em 1983 em parceria editorial entre a Civilização

Brasileira e a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, da UFES, uma das últimas obras que Felício escreveu.

Vários outros autores, agora do naipe dos escritores capixabas, como Renato Pacheco, Bernadete Lira, Claudio Lachini, Neida Lúcia Moraes, e tantos mais, têm se valido também das páginas de nossa história para urdirem as páginas de sua literatura.

É nessa trilha que tenho andado eu, com minhas fracas pernas e sem a desenvoltura dos autores que citei.

Costumo dizer, sobre o assunto, que tirei da História do Espírito Santo o trigo com que fiz o pão da minha literatura.

Se o pão é dormido ou mal cozido não sei avaliar. Mas é dessa panificação histórico-literária que acho que eu tenho alguma coisa a relatar, sem grandes pretensões e convencimentos, fique logo registrado.

Vamos lá, então.

Começo dizendo que não disponho de uma fórmula, nem de um tempero certos para a criação de um texto literário, de conteúdo histórico. Desde que conte com a mola-mestra retirada à História, capaz de impulsionar o texto que me disponha a escrever, não há de ser mais o episódio ou o personagem da História que gerou a ideia inicial que engessar a narrativa. Se esta tem que ser ficcional, será necessariamente não-histórica.

Desta forma, desatrelo-me, no fazer literário, da fonte histórica ou das fontes históricas que me motivaram à elaboração da obra ficcional.

Certamente que mantenho um diálogo com a história, mas pelo canal da literatura, porque o campo do que é História se distancia do que é literatura, para que esta prevaleça sobre aquela.

Deixo-me pautar assim pelo ensinamento de João Felício: todo romance é necessariamente histórico e necessariamente ficção. Acrescentando, porém, ao enunciado feliciano que a ficção, para ser ficção, não há obviamente de ser rigorosamente histórica.

Observem que estou falando de um processo de livre recriação da história, ou seja, de criação de um texto de literatura que deriva da História, mas em condição de adquirir vida própria, independente de sua origem.

É desse trigo que deve sair um pão sem mofo.

De acordo com este receituário, por mim exercitado dentro das minhas limitações pessoais, é que escrevi os meus romances tirados da temática da história do Espírito Santo.

Tomo como primeiro exemplo o romance *A Nau Decapitada*. A centelha que o originou, como projeto de romance, foi um texto da autoria de um dos presidentes da província do Espírito Santo, o bacharel José Joaquim Machado de Oliveira.

Machado de Oliveira deixou uma narrativa escrita, e escrita com ironia, sobre as desventuras e percalços por que ele passou na viagem que fez, em setembro de 1840, no brigue “Vinte e Nove de Maio”, do Rio de Janeiro para Vitória, a fim de assumir o governo da então província do Espírito Santo.

Quase ao chegar à baía de Vitória, a embarcação em que ele vinha, depois de perder os mastros que desabaram no convés, foi impelida por ventos contrapostos para a praia de Piúma. Ali desembarcou Machado de Oliveira que

ainda teve o desprazer de ver o “Vinte e Nove de Maio” partir no dia seguinte levando a bagagem pessoal do desolado presidente, que ficou na praia literalmente a ver o navio partir.

Tão grato fiquei ao presidente Machado de Oliveira por me ter fornecido a matéria-prima para o meu romance que fiz questão de transcrever, no apêndice do livro, a íntegra do texto que o originou. Dava assim aos meus possíveis leitores, a oportunidade de identificar a pista de onde a obra nasceu. Como se vê, foi História somada à Literatura, num diálogo perfeitamente possível.

Outras experiências eu realizei segundo o paradigma que originou a *Nau*.

No caso do romance *As Chamas na Missa*, a fagulha inspiradora me veio da leitura do livro *Denúncias de Pernambuco – 1593-1595, contendo os autos da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*, pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (São Paulo, 1929, Série Eduardo Prado, sem indicação de editora).

Embora a Inquisição nunca tivesse agido presencialmente em terras capixabas, o romance tem como cenário imaginário a vila de Vitória, muito mal disfarçada – um verdadeiro gato escondido com o rabo e as orelhas de fora – sob o nome metafórico de Vila do Santíssimo Sacramento.

Já no caso de *O Templo e a Força*, e também no de *O Capitão do Fim*, foram diversos os textos sobre a História do Espírito que os alimentaram. Mas o núcleo central de *O Templo e a Força* foi a Insurreição do Queimado, a revolta de escravos da Serra, em 1849, que também inspirou João Felício na criação de *Benedita Torreão*; e o cerne do romance *O Capitão do Fim* foi a figura de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da capitania do Espírito Santo, portador de uma biografia que é uma extraordinária epopéia camoniana marcando a sua trajetória de vida pela Índia e pelo Brasil.

As várias pesquisas de cunho histórico que foram feitas tiveram por objetivo dar maior densidade aos dois mencionados romances.

Em relação a *O Templo e a Força* um comentário adicional merece ser feito. O tema já tinha sido utilizado por mim na elaboração de uma peça de teatro chamada *Queimados – Documento Cênico*, datada de 1977, nascida da monografia do historiador Afonso Cláudio.

Mas é bom que se insista num ponto essencial. Em todos os meus textos antes referidos, aos quais poderia se juntar o conjunto de vinte e uma crônicas baseadas em figuras da história do Espírito Santo a que dei o título de *Crônicas da Insólita Fortuna*, o meu propósito não foi evidentemente o da memorização do fato histórico, no sentido estrito desta expressão, como, aliás, não tinha que ser.

Em todos eles evitei a toda prova (ou em toda a prosa) me deixar enquadrar pela forma e pela fôrma do conhecimento historiográfico sistematizado. O motivo histórico não foi para mim um fim em si mesmo, estou me repetindo, mas a matéria com que trabalhei os meus escritos – o tal trigo literário de que falei antes.

No mais é reconhecer que seja por influência da temática histórica, seja por qualquer outra influência que um autor possa receber para escrever uma obra literária a verdade está, como sempre, com o grande escritor Jorge Luís Borges quando escreveu que “o exercício das letras é um mistério”.

Um mistério às vezes tão complexo que nem o próprio autor ousa entendê-lo e explicá-lo (*O Informe de Brodie*, Porto Alegre/Rio, Editora Globo, 1983, 2ª edição, páginas 5 a 8, em tradução de Hermilo Borba Filho).



Seja como for, o mistério a que se referiu Borges começa, no meu humilde entendimento, pouco importando o gênero literário em que se movimenta o escritor, num instante primordial e único que corresponde ao da centelha fulgurante que precede e instiga a misteriosa arte da tessitura literária.

Estou me referindo àquele ato de precedência da escrita – que também é um mistério no sentido borgeano da palavra – que dispara a idéia do texto a ser elaborado.

Dir-se-ia o momento do impacto da idéia no espírito do escritor, a fagulha da fábula, o estalo da inspiração (seja isso o que for), que motivará o processo da criação e do exercício estético da literatura.

Um estalo de lucidez surpreendente, que incitará (talvez seja este o verbo adequado) que incitará o autor ao ato-arte do fazer literário.

Sem este estalo, não há História, ainda que inspirada pelo Espírito Santo, que leve à criação de um bom texto literário.

Em resumo e concluindo: acho sim que são pertinentes e têm cabimento as tentativas e experimentos que possam ser feitas para cooptação da história do Espírito Santo como matéria literária.

Nem podia ser outra a minha opinião, visto que é o que vim fazendo como escritor, sem a competência que seria desejável.

Reinaldo Santos Neves, para o prefácio de *Benedita Torreão*:

Não se deve, aliás, esperar que este romance seja especularmente a história da insurreição do Queimado. (...) O que se oferece neste livro é ficção pura e simples. Queimado é o tema, e sobre ele Felício improvisa livremente. (...)

Benedita Torreão é um romance. Só um romance. Não tem qualquer compromisso com a História. O que quer dizer: João Felício inspira-se

na História, mas não assume compromissos com ela. Submete-a ao seu processo criador. (...) A História sai dali decantada, mudada (literariamente) para melhor. (...) As personagens originais sofreram mutações. Os episódios originais (portanto históricos) adquiriram maior estatura.

Com estas palavras, Reinaldo deu a medida exata para se ler e compreender os romances ditos “históricos”.